

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013645-36.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**
Requerente: **Ariadne Trevizan Leopoldino**
Requerido: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou que seu marido possuía junto ao réu dois contratos de seguro, cujos valores eram debitados mensalmente em conta que mantinham perante o mesmo.

Alegou ainda que com o falecimento de seu marido em maio de 2014 o réu se recusou a cessar os débitos das parcelas mensais, chegando a asseverar que isso se daria até maio de 2016, o que não se concretizou.

Almeja à devolução desses valores e ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

O réu não negou em contestação que mesmo depois do falecimento do marido da autora continuou debitando em sua conta as parcelas relativas aos seguros que ele havia ajustado.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Procurou imputar à autora a responsabilidade por tal fato, asseverando que *"em nenhum momento houve o pedido para suspensão dos débitos, além disso, mesmo o consorciado tendo falecido em maio de 2014, a requerente iniciou o processo de sinistro somente 01 (um) ano depois, e tal ocorrência não foi por culpa desta Instituição Financeira"* (fl. 98, último parágrafo).

Já a autora deixou claro que por inúmeras vezes solicitou a suspensão dos débitos dos consórcios em sua conta por força do encerramento dos contratos correspondentes, mas o réu, que de início se recusou a tanto para exigir a documentação relativa ao falecimento de seu marido (inclusive o formal de partilha), salientou que faria a devolução até negar o pleito por reputar que isso não lhe seria devido.

Assentadas essas premissas, entendo que assiste razão à autora.

Com efeito, e tendo por incidente à espécie a regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC (como expressamente consignado no despacho de fl. 189), tocava ao réu demonstrar que não exigiu documentos relativos ao falecimento de seu marido, que não asseverou que faria a devolução das quantias em apreço e que, por fim, informou que recusou o seu pleito, mas ele não se desincumbiu minimamente desse ônus ao nada amearhar a propósito em seu favor.

Vê-se que a situação se prolongou no tempo, de sorte que não envolveria simples comprovação de fato negativo, o que não seria exigível ao réu.

Ao contrário, ele reunia plenas condições para patentear que nunca foi procurado pela autora para discutir a suspensão dos débitos dos consórcios em sua conta ou que a dinâmica que ela descreveu não teve lugar em momento algum.

Como se não bastasse, e esse é o aspecto mais relevante da questão posta, mesmo que assim não se entendesse, a restituição postulada pela autora seria de rigor porque à evidência nada justificaria a continuidade dos débitos relativos aos consórcios celebrados pelo marido da autora após a sua morte.

Por outras palavras, sendo certo o falecimento do mesmo de um lado e, de outro, a persistência de débitos que não tinham mais base alguma a lastreá-los, transparece clara sua obrigação em restituir o valor pertinente sob pena de inconcebível enriquecimento sem causa de sua parte em detrimento da autora.

Assim, como o réu não poderia mais efetuar os débitos deverá devolver a soma respectiva independentemente de qualquer perquirição sobre o seu elemento subjetivo.

A regra do art. 885 do Código Civil aqui tem aplicação, militando contra o réu ainda que sua explicação pudesse ser aceita.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida no particular, até porque o montante pleiteado não foi impugnado específica e concretamente, como seria de mister.

Idêntica solução aplica-se ao pedido de reparação dos danos morais, porquanto os tenho como configurados.

Ao natural sofrimento da autora pela perda do marido foi somado o desgaste de vulto que sofreu por não lograr êxito em fazer com que o réu cessasse os débitos em sua conta.

O largo espaço de tempo que teve para tanto sem que o fizesse atesta que ao menos no caso dos autos o réu não dispensou à autora o tratamento que lhe era exigido, cumprindo registrar que pelas peculiaridades da situação ela extravasou em larga medida os meros dissabores próprios da vida cotidiana e ultrapassou o simples descumprimento contratual.

As regras de experiência comum (art. 5º da lei nº 9.099/95) evidenciam que foi grande a frustração imposta à autora, a exemplo do que se daria com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

O valor da indenização está em consonância com os critérios usualmente empregados em hipóteses afins (atenta para a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), devendo por isso prosperar.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora as quantias de R\$ 27.456,83, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 8.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 28 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**